

Utilização de Indicadores de Avaliação da Assistência Farmacêutica relacionados ao Uso Racional de Medicamentos em um Serviço de Farmácia do município de Maceió - AL

Cláudia Cristina Nóbrega de Farias Aires (1); Bianca Pereira Rodrigues (2); Katiane Mota da Silva (2); Mayara Carolina Nunes Sandes (2); Sabrina Joany Felizardo Neves (2)

1. *Secretaria Municipal de Saúde de Maceió*

2. *Universidade Federal de Alagoas*

ccnfa@yahoo.com.br

Resumo: O medicamento, apesar do custo elevado, quando utilizado adequadamente, é também a terapêutica mais custo-efetiva. O objetivo desta pesquisa foi estabelecer os principais indicadores de avaliação de resultado da Assistência Farmacêutica relacionados ao Uso Racional de Medicamentos a partir da avaliação das prescrições dispensadas pelo Serviço de Farmácia do Centro Municipal de Saúde da Pitanguinha, em Maceió-AL. Trata-se de um estudo transversal de caráter quantitativo, que teve como fonte de informação as prescrições dispensadas pelo Serviço de Farmácia do Centro Municipal de Saúde da Pitanguinha no período de setembro a novembro de 2013. Foram analisados alguns indicadores da Assistência Farmacêutica relacionados ao Uso Racional de Medicamentos, com ênfase naqueles ligados à prescrição. Os dados foram tabulados através do Programa Microsoft Office Excel 2007. A análise descritiva dos dados foi realizada através da medida de distribuição tipo frequência utilizando o programa Epi Info versão 3.5.3. Foram avaliadas 8183 prescrições, obtendo-se uma média de 2,3 medicamentos por receita. A maioria deles (96,05%) faz parte da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e 86,03% foram prescritos pelo nome genérico. Apenas 967 (11,80%) receitas estavam completas quanto aos critérios avaliados. Apesar de a maioria dos prescritores prescreverem priorizando os medicamentos disponíveis na rede municipal de saúde e com a denominação genérica, ainda faz-se necessário um trabalho educativo quanto à importância da elaboração da receita de forma legível e completa para contribuir com Uso Racional dos Medicamentos.

Palavras-chave: Prescrições, Medicamentos, Indicadores de avaliação da Assistência Farmacêutica.

Introdução

O medicamento constitui-se a forma de tratamento mais utilizada na prática médica, e apesar de representar um custo elevado, quando utilizado adequadamente, é também o recurso terapêutico mais frequentemente custo-efetivo. No Brasil, a política de medicamentos tem como propósito garantir a segurança, a eficácia e a qualidade dos medicamentos, a promoção de seu uso de

forma racional e o acesso àqueles considerados essenciais (SANTOS; NITRINI, 2004). A prescrição representa o principal elo de comunicação entre médicos, farmacêuticos e usuários e para que não haja falha neste processo, esta deve ser elaborada de acordo com critérios aceitos e padronizados (BORGES; SILVA, 2010). A ausência de informações na prescrição pode induzir a erros, que geram custos elevados com

consultas e execução de exames adicionais, além de contribuir para a perda da produtividade, reduzir os anos de vida e gerar sofrimento. O recebimento, a compreensão e a correta dispensação da prescrição são etapas fundamentais do conjunto de ações desenvolvidas pela assistência farmacêutica. A receita é um documento legal pelo qual se responsabilizam quem prescreve e quem dispensa os medicamentos, estando sujeitos à legislação de controle e vigilância sanitários (SANTOS; NITRINI, 2004; FARIAS et al., 2007; SILVA, 2010). Quanto ao aspecto legal da prescrição no Brasil, a Lei nº 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, faz exigências quanto à legibilidade, existência dos nomes dos medicamentos por extenso, dosagem, posologia, data e assinatura do profissional prescritor (GIROTTO; SILVA, 2006). A ausência de algumas dessas informações tanto pode dificultar a avaliação farmacêutica da prescrição como comprometer a adesão do usuário ao tratamento (BORGES; SILVA, 2010). Em 2002, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 271, que regulamenta a Lei nº 9.787/99 no âmbito do serviço público de saúde de todo o país, tornando obrigatória a prescrição através da Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, em sua ausência, da Denominação Comum Internacional (DCI) para os

medicamentos contendo substâncias ativas para as quais existam medicamentos genéricos autorizados (GIROTTO; SILVA, 2006). Diante da crescente preocupação em promover o Uso Racional de Medicamentos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) propôs a utilização de indicadores como uma maneira de descrever e avaliar com segurança aspectos que afetam a assistência farmacêutica em grandes e pequenos centros de saúde (OPAS, 2005; FARIAS et al., 2007). A utilização de indicadores de avaliação de resultado da Assistência Farmacêutica relacionados ao Uso Racional de Medicamentos no país pode contribuir para o conhecimento das práticas terapêuticas correntes e comparar parâmetros entre instituições similares (OPAS, 2005). O objetivo desta pesquisa foi estabelecer os principais indicadores de avaliação de resultado da Assistência Farmacêutica relacionados ao Uso Racional de Medicamentos a partir da avaliação das prescrições dispensadas pelo Serviço de Farmácia do Centro Municipal de Saúde da Pitanguinha, em Maceió-AL.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal de caráter quantitativo, que teve como fonte de informação as prescrições dispensadas pelo Serviço de Farmácia do Centro Municipal de Saúde da Pitanguinha no período de setembro

a novembro de 2013. Foram analisados alguns indicadores da Assistência Farmacêutica relacionados ao Uso Racional de Medicamentos, com ênfase naqueles ligados à prescrição. Os itens analisados nas prescrições foram os seguintes: média de medicamentos por prescrição; percentual de medicamentos prescritos que estão contidos na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME); porcentagem de medicamentos prescritos pela DCB; percentual de prescrições que continham antibiótico. Além disso, as prescrições foram avaliadas quanto a sua completude, sendo consideradas completas aquelas que estavam legíveis e que continham, no mínimo, todos os nomes dos medicamentos por extenso, seguido de suas respectivas dosagens e posologias, e a data e assinatura do profissional prescriptor. Os dados foram tabulados através do Programa Microsoft Office Excel 2007. A análise descritiva dos dados foi realizada através da medida de distribuição tipo frequência utilizando o programa Epi Info versão 3.5.3.

Resultados e Discussão

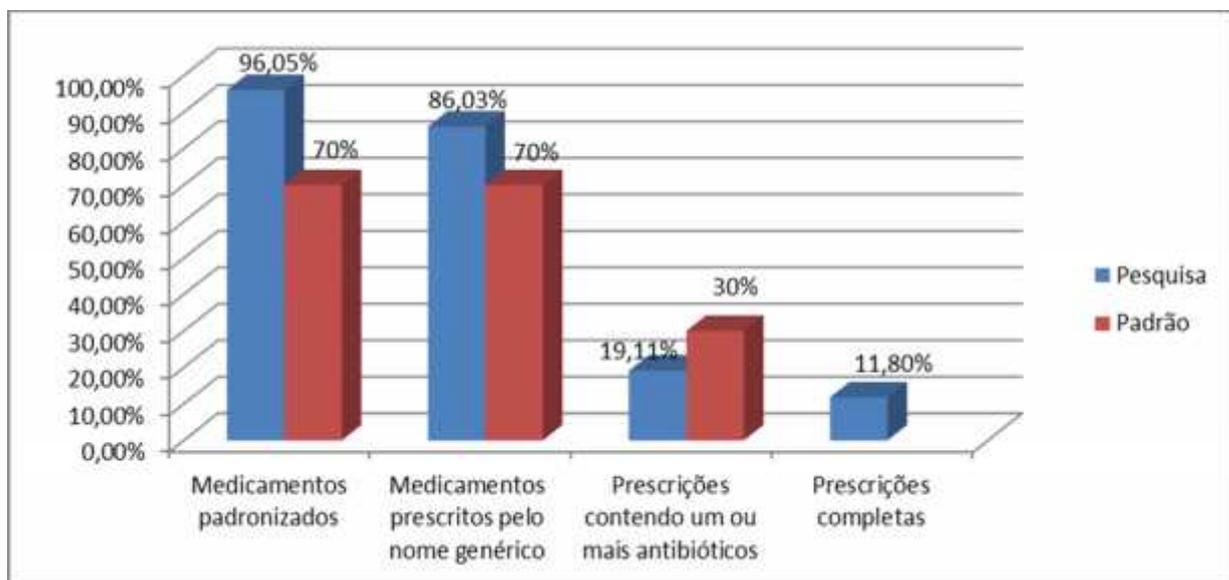
Foram analisadas 8183 prescrições, obtendo-se uma média de 2,3 medicamentos por prescrição, um pouco acima do padrão de 2 ou menos medicamentos prescritos por receita proposto pela OMS (*apud* COSENDEY, 2000). Aldrigue e seus

colaboradores (2006), analisando 200 prescrições, obtiveram uma média inferior, apenas 1,93 medicamentos por receita. Porém, a OPAS (2005) e Valadão et al. (2009) encontraram dados similares aos alcançados nesta pesquisa, obtendo uma média de aproximadamente 2,3 e 2,2 medicamentos por prescrição, respectivamente. No entanto, valores maiores foram encontrados por Guzatto e Bueno (2007) - 3.701 prescrições - que estabeleceram uma média de 2,75 medicamentos por receita. A utilização de múltiplos medicamentos para tratar a mesma condição é comum e tem sido associada à reações adversas, erros de medicação e aumento do risco de hospitalização (VALADÃO et al., 2009). Conforme tabela abaixo, apenas 3,95% das prescrições não contêm os medicamentos preconizados na rede municipal, sinalizando uma excelente adesão à REMUME por parte dos prescritores. O valor obtido supera o preconizado pela OMS (*apud* COSENDEY, 2000), 70%, e resultados encontrados em estudos realizados em outras Unidades de Saúde, como as de Anápolis – GO que apresentou 81,7% referente a este indicador, porém foi equivalente ao valor encontrado na Unidade Básica de Saúde Graciliano Ramos também situada em Maceió com 91,1% e ao de Campina Grande com 91,9% (BORGES;

SILVA, 2006; FARIAS et al., 2007; SILVA, 2010).

que se utilize o nome genérico (denominação comum) em todas as prescrições, pois isto facilita a educação e a informação. Das prescrições analisadas, 1564 (19,11%) continham prescrição de um ou mais de um

Figura – Percentual dos indicadores de Avaliação da Assistência Farmacêutica relacionados ao Uso Racional de Medicamentos, a partir da avaliação das prescrições dispensadas pelo Serviço de Farmácia do Centro Municipal de Saúde da Pitanguinha, no período de setembro a novembro de 2013.



Foi constatado que 86,03% dos medicamentos foram prescritos pelo nome genérico, superando o padrão de 70%, recomendado pela OMS, demonstrando adesão dos prescritores à norma estabelecida para o Sistema Único de Saúde quanto à obrigatoriedade do uso da DCB nas receitas (*apud* COSENDEY, 2000). Esse valor foi semelhante aos obtidos por Valadão et al. (2009) que foi de 86% e por Farias et al. (2007) que foi de 84,2%. A OMS recomenda

antibiótico. O principal problema atrelado aos antibióticos e sua prescrição e uso abusivo é o desenvolvimento de microrganismos potencialmente resistentes a qualquer tratamento, acarretando graves consequências ao paciente, podendo levar até ao óbito (SANTOS; NITRINI, 2004). O resultado do presente estudo está de acordo com o sugerido pela International Network for the Rational Use of Drug (INRUD), que ao testar esses indicadores em um estudo realizado em 12

países em desenvolvimento, indica valores entre 20 a 30% de prescrições contendo ao menos um antibiótico como níveis aceitáveis (GIROTTI; SILVA, 2006). Do total das prescrições analisadas, apenas 967 (11,8%) receitas estavam completas quanto aos critérios avaliados, ou seja, em cerca de 88,2% das prescrições nesse período, pode-se observar a ilegibilidade e/ou a ausência de, no mínimo, uma informação básica para que o usuário soubesse como usar seus medicamentos de forma adequada. Esse valor ainda se encontrou acima do obtido por Valadão e seus colaboradores (2009), quando 86,43% das prescrições continham pelo menos um erro; Guzatto e Bueno (2007), obtiveram 18% das receitas com algum tipo de erro. Considerando como erro, qualquer informação ausente ou que não esteja de acordo com o exigido por lei. Porém, os dados coletados foram melhores que os obtidos por Mastroianni (2009), quando nenhuma das 1335 prescrições analisadas continha todos os requisitos avaliados.

Conclusões

Apesar de a maioria dos prescritores prescreverem priorizando os medicamentos disponíveis na rede municipal de saúde e com a denominação genérica, ainda faz-se necessário um trabalho educativo quanto à importância da elaboração da receita de forma

legível e completa para contribuir com Uso Racional dos Medicamentos.

Referências

- ALDRIGUE, R.F.T. et al. Análise de Completude de Prescrições Médicas Dispensadas em uma Farmácia Comunitária de Fazenda Rio Grande - Paraná (Brasil). **Acta. Farm. Bonaerense**, v.25, n.3, p.454-459, 2006.
- BORGES, L.M.; SILVA, E.V. Análise dos indicadores de prescrição médica em uma unidade de saúde de Anápolis-GO. **Revista Tempus Actas Saúde Coletiva**, v.4, n.3, p.63-72, 2010.
- COSENDEY, M.A.E. et al. Assistência farmacêutica na atenção básica de saúde: a experiência de três estados brasileiros. **Cad. Saúde Pública**, v.16, n.1, p.171-182, 2000.
- FARIAS, A. D. et al. Indicadores de prescrição médica nas unidades básicas de Saúde da Família no município de Campina Grande, PB. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.10, n.2, p.149-156, 2007.
- GIROTTI, E.; SILVA, P.V. A prescrição de medicamentos em um município do Norte do Paraná. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Paraná, v. 9, n.2, p. 226-234, 2006.
- GUZATTO, P.; BUENO, D. Análise de prescrições medicamentosas dispensadas na farmácia de uma unidade básica de saúde de

Porto Alegre –RS. **Revista HCPA**, v.27, n.3, p.20-6, 2007.

MASTROIANNI, P.C. Análise dos aspectos legais das prescrições de medicamentos. **Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl.**, v.30, n.2, p.173-176, 2009.

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); Organização Mundial de Saúde. **Avaliação da assistência Farmacêutica no Brasil**: estrutura, processo e resultados. Brasília, 2005.

SANTOS, V. dos; NITRINI, S. M. O. O. Indicadores do uso de medicamentos prescritos e de assistência ao paciente de serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 6, p. 819-829, 2004.

SILVA, T.P.C. **Análise da qualidade das prescrições e do serviço de dispensação orientada na Unidade Básica de Saúde Graciliano Ramos – Maceió/AL**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

VALADÃO, A.F. et al. Prescrição médica: um foco nos erros de prescrição. **Rev. Bras. Farm.**, v.90, n.4, p.340-343, 2009.